

PROJETO DE LEI Nº. 024/2019

EMENTA: “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MIRADOR – ESTADO DO PARANÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 1º. – O Orçamento Programa do Município de Mirador, Estado do Paraná, para o Exercício Financeiro de **2020**, discriminados pelos anexos integrantes da presente Lei, estima a **RECEITA** e fixa a **DESPESA**, em R\$: **18.641.692,67 (dezoito milhões, seiscentos e quarenta e um mil, seiscentos e noventa e dois reais e sessenta e sete centavos).**

Art. 2º. - A receita orçamentária, para o exercício de **2020**, será realizada mediante arrecadação de tributos e outras fontes de receitas, corrente e de capital, na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos sintéticos:

I – RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITAS CORRENTES	18.528.557,67
- Receita Tributária	618.915,00
(-) Deduções (Renúncia e Descontos) de Impostos e Taxas	50.444,90
- Receita de Contribuição	266.200,00
- Receita Patrimonial	89.310,10
- Receita de Serviço	19.965,00
- Transferências Correntes	20.871.583,52
(-) Deduções para Formação do FUNDEB	3.294.225,00
- Outras Receitas Correntes	7.253,95
RECEITAS DE CAPITAL	113.135,00
- Operações de Créditos	0,00
- Alienação de Bens	33.275,00
- Transferência de Capital	79.860,00
TOTAL DA RECEITA	18.641.692,67

Art. 3º. - As despesas orçamentárias para o exercício financeiro de **2020** serão executadas em conformidade com as **Leis Municipais nº. 0471/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, de 19 de junho de 2019 e a Lei Municipal nº. 0409/2017 - Plano**



Plurianual de Investimentos – PPA 2018 a 2021, de 21 de novembro de 2017 e demais legislações em vigor, com os seguintes desdobramentos sintéticos:

II – DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

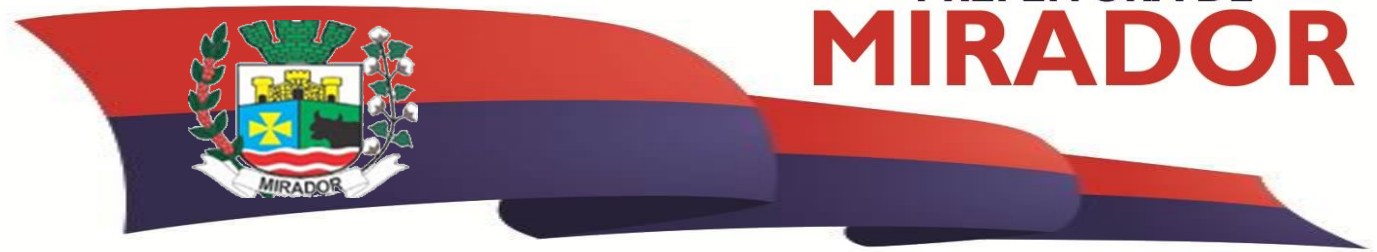
DESPESAS CORRENTES	17.780.548,15
- Pessoal e Encargos Sociais	8.965.700,14
- Juros e Encargos da Dívida	117.300,00
- Outras Despesas Correntes	8.697.548,01
DESPESAS DE CAPITAL	767.936,06
- Investimentos	667.936,06
- Amortização da Dívida	100.000,00
Reserva de Contingência	93.208,46
TOTAL DA DESPESA	18.641.692,67

III – DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01. Legislativa	1.161.838,37
04. Administração	3.673.363,03
08. Assistência Social	1.189.348,42
10. Saúde	4.230.164,84
12. Educação	4.548.819,55
13. Cultura	163.350,00
15. Urbanismo	992.200,00
16. Habitação	30.250,00
17. Saneamento	30.250,00
18. Gestão Ambiental	108.900,00
20. Agricultura	363.000,00
22. Indústria	30.250,00
23. Comércio e Serviços	60.500,00
25. Energia	320.650,00
26. Transportes	1.149.500,00
27. Desporto e Lazer	157.300,00
28. Encargos Especiais	338.800,00
99. Reserva de Contingência	93.208,46
TOTAL	18.641.692,67

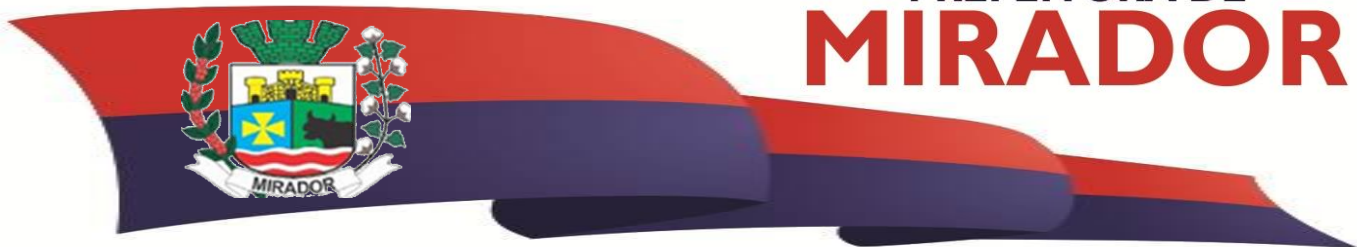
IV – DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

01.001	Câmara Municipal	1.045.508,52
01.002	Controladoria	116.329,85
02.001	Gabinete do Prefeito	665.500,00
02.002	Assessoria Jurídica	205.700,00
02.003	Controle Interno	145.200,00
03.001	Secretária Municipal de Administração	223.850,00



PREFEITURA DE MIRADOR

03.002	Divisão de Administração	739.113,03
03.003	Divisão de Planejamento Urbano, Engenharia e Fiscalização	145.200,00
03.004	Divisão de Recursos Humanos	145.200,00
03.005	Divisão de Licitação	145.200,00
03.006	Divisão de Compras, Contratos e Almoarifado	84.700,00
03.007	Divisão de Cultura	163.350,00
03.008	Divisão de Esportes e Lazer	157.300,00
04.001	Secretária Municipal de Fazenda	151.250,00
04.002	Divisão de Tesouraria	752.658,46
04.003	Divisão de Contabilidade, Orçamento e Patrimônio	399.300,00
04.004	Divisão de Tributos e Fiscalização	157.300,00
05.001	Secretária Municipal de Assistência Social	332.750,00
05.002	Fundo Municipal de Assistência Social	578.298,42
05.003	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	242.000,00
05.004	Fundo Municipal dos Direitos do Idoso	36.300,00
06.001	Secretária Municipal de Educação	235.950,00
06.002	Divisão de Ensino Fundamental	2.053.884,25
06.003	Divisão de Educação Infantil	915.885,30
06.004	Divisão de Educação Especial	133.100,00
06.005	Divisão de Transporte Escolar	847.000,00
06.006	Divisão de Merenda Escolar	363.000,00
07.001	Secretária Municipal da Saúde	145.200,00
07.002	Fundo Municipal de Saúde	4.084.964,84
07.003	Divisão de Saneamento Básico	30.250,00
08.001	Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico	145.200,00
08.002	Divisão de Turismo	30.250,00
08.003	Divisão de Indústria	30.250,00
08.004	Divisão de Comércio	30.250,00
08.005	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	30.250,00
09.001	Secretária Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos	145.200,00
09.002	Divisão de Obras	363.000,00
09.003	Divisão de Limpeza Pública e Serviços Urbanos	804.650,00
09.004	Divisão de Transporte Rodoviário	1.149.500,00
10.001	Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	121.000,00
10.002	Divisão de Agricultura	121.000,00
10.003	Divisão de Pecuária	121.000,00



10.004	Fundo Municipal de Meio Ambiente	108.900,00
TOTAL GERAL		18.641.692,67

V – DESPESA POR ÓRGÃO

01	Poder Legislativo	1.161.838,37
02	Poder Executivo	1.016.400,00
03	Secretária Municipal de Administração	1.803.913,03
04	Secretária Municipal de Fazenda	1.460.508,46
05	Secretária Municipal de Assistência Social	1.189.348,42
06	Secretária Municipal de Educação	4.548.819,55
07	Secretária Municipal de Saúde	4.260.414,84
08	Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico	266.200,00
09	Secretária Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos	2.462.350,00
10	Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	471.900,00
TOTAL GERAL		18.641.692,67

Art. 4º. - De acordo com o art. 165, parágrafo 8º, da Constituição Federal, e nos termos dos artigos 7º, 43 e 66, parágrafo único, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e no art. 30 da Lei Municipal nº. 0471/2019 – Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2020, de 19 de junho de 2019 e a Lei Municipal nº. 0409/2017 - Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2018 a 2021, de 21 de novembro de 2017, fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total do orçamento de cada entidade, nos termos da Lei Municipal nº. 0471/2019, de 19 de junho de 2019 e a Lei Municipal nº. 0409/2017, de 21 de novembro de 2017;

IV – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos;

Parágrafo Único – Para atender aos créditos suplementares de que trata o inciso III do presente artigo, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar:

I – Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;



III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

V – Reserva de Contingência.

Art. 5º. - Fica o Poder Legislativo autorizado, nos termos da Lei Municipal nº. 0471/2019, de 19 de junho de 2019 e a Lei Municipal nº. 0409/2017, de 21 de novembro de 2017, a abrir créditos adicionais suplementares, mediante Ato da Mesa, nas suas dotações próprias, por meio de Resoluções, desde que a fonte de recursos a ser indicada seja exclusivamente a contida no inciso III, § 1º, do art. 43º da Lei Federal nº. 4.320/64.

Parágrafo Único – Os valores dos créditos de que trata o caput deste artigo serão computados no limite indicado no inciso III do artigo 4º desta Lei.

Art. 6º. - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Resolução ou Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 7º. - O Poder Executivo e Legislativo Municipal adotará parâmetros para a Execução Orçamentária, a fim de compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir metas de resultados primários, que será apresentado através de Audiências Públicas Quadrimestrais à Comunidade, sendo estabelecido o horário para apresentação das Audiências Públicas no período noturno, para que toda população e vereadores possam participar das audiências Públicas.

Art. 8º. - Na execução orçamentária o Poder Executivo deverá obedecer aos limites constitucionais, destinados à saúde e à educação, bem como atender os limites de gastos com pessoal conforme a legislação em vigor.

Art. 9º. - Fica autorizado à contratação de operações de crédito, em conformidade com o disposto no art. 32, inciso I, da Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), condicionado à Celebração conforme instrumentos legais.



Art. 10 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal e art. 36, parágrafo único da Lei Municipal nº. 0471/2019, de 19 de junho de 2019).

Art. 11 - Durante a execução orçamentária de **2020**, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de **2020** (art. 167, I da Constituição Federal e art. 42 da Lei Municipal nº. 0471/2019, de 19 de junho de 2019).

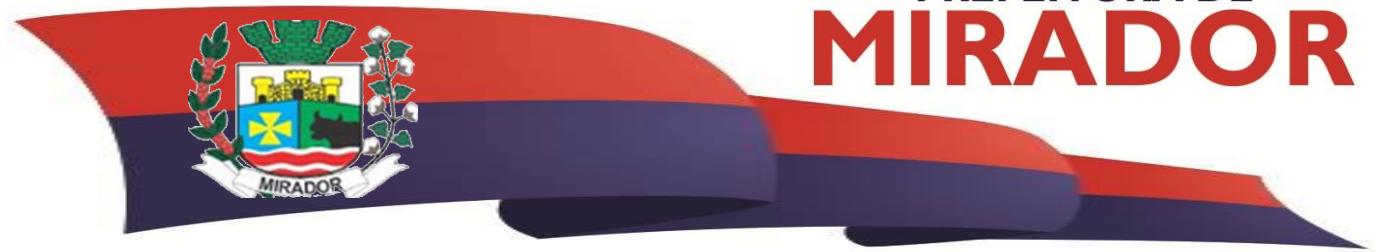
Art. 12 – Fica o Poder Executivo e Poder Legislativo Municipal autorizado a alterar os valores do anexo II da Lei Municipal nº. 0471/2019, de 19 de junho de 2019 em conformidade com art. 31 e anexo V da Lei Municipal nº. 0409/2017, de 21 de dezembro de 2017 em conformidade com o art. 6º, por decreto ou resolução em igual importância respeitando abertura de créditos adicionais suplementares das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 13 – Ficam os Poderes Executivo Municipal e Legislativo Municipal, por solicitação, através de ato próprio e mediante exposição fundamentada, fazer a cessão de servidores do quadro permanente, condicionada à anuência destes, a órgãos da Administração direta ou indireta, de Municípios deste mesmo Estado e de entidades educacionais, assistenciais ou filantrópicas conveniadas com o Município de Mirador, por tempo determinado, sem vencimentos ou qualquer outro tipo de ônus para o cedente, e se demonstrado excepcional e relevante interesse público na cessão, em conformidade com art. 60, da Lei Municipal nº. 0471/2019 de 19 de junho de 2019.

Art. 14 - O servidor, que vier a ser cedido nos termos do art. 13 desta lei, fica assegurada a Avaliação de Desempenho, para fins de progressão funcional, na forma prevista no Plano de Carreira, que será realizada pelo superior hierárquico do ente público ou instituição a que estiver cedido, estando em conformidade com o art. 61, da Lei Municipal nº. 0471/2019, de 19 de junho de 2019.

§ 1º. - A progressão funcional será implementada:

I - para os servidores cedidos com ônus para o cedente, quando cumpridas as condições previstas no Plano de Carreira;



II – para os servidores cedidos sem ônus para o cedente, na data de retorno do servidor ao órgão ou entidade de origem do Município de Mirador, desde que cumpridas as condições previstas no Plano de Carreira.

§ 2º. - Constitui condição para a cessão, a continuidade das contribuições à previdência social, inclusive da quota patronal.

§ 3º. - Na hipótese da cessão sem ônus para o cedente, a contribuição previdenciária ficará a cargo do ente ou órgão de destino.

Art. 15 - O Orçamento do Município de Mirador – Estado do Paraná, para o exercício financeiro de **2020** foi elaborado e será executado nos termos das Leis Municipais nº. 0471/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentária, de 19 de junho de 2019, Lei Municipal nº. 0409/2017 - Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2018 a 2021, de 21 de novembro de 2017 e as Leis Federais nº. 4.320/64 e a Lei Complementar nº. 101/2000, e demais legislações em vigor.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor em **1º (primeiro) de janeiro de 2020**.

Gabinete do Prefeito, 06 de dezembro de 2019.

REINALDO PINHEIRO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL